



**21 DE JULHO DE 2017**

**Sexta-feira**

- ICEI - ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL -CONFIANÇA DA INDÚSTRIA SE REDUZ NOVAMENTE
- PROGRAMA MELHORIA DA COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL- PALESTRA: "A EXPORTAÇÃO AO SEU ALCANCE
- BRASIL À FRENTE DO MERCOSUL DEVE MANTER PRIORIDADE AO COMÉRCIO, DIZ CNI
- REVISÃO DE ACORDO BRASIL-ARGENTINA LIMITA TRIBUTAÇÃO DE DIVIDENDO E JURO
- EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS DEVE VIR DO CORTE DE GASTOS E DAS REFORMAS, DIZ PRESIDENTE DA CNI
- GOVERNO ANUNCIA AUMENTO DE IMPOSTOS SOBRE COMBUSTÍVEIS
- AUMENTO DE IMPOSTO PODE DEIXAR FRETES 4% MAIS CAROS, DIZ ASSOCIAÇÃO
- CNI: AUMENTO DE IMPOSTO PREJUDICARÁ AINDA MAIS AS EMPRESAS
- ARTIGO: AUMENTO DE IMPOSTOS TERÁ EFEITO TÓXICO
- FIESP MOSTRA INDIGNAÇÃO COM ALTA DE IMPOSTOS SOBRE COMBUSTÍVEIS
- GOVERNO PROMETE VETAR MUDANÇAS FEITAS PELO CONGRESSO NO REFIS
- EDITORIAL: REMENDO TRIBUTÁRIO
- INDÚSTRIA ATACA AUMENTO DE TRIBUTO SOBRE GASOLINA E DEFENDE NOVOS CORTES DE GASTOS
- FIRJAN CRITICA AUMENTO DE IMPOSTOS ANUNCIADO PELO GOVERNO
- EDITORIAL: GOVERNO PRECISA DAR ALGO EM TROCA DA ALTA DE IMPOSTOS
- APÓS REAJUSTE, LITRO DA GASOLINA JÁ CHEGA A R\$ 3,89 EM CURITIBA
- PARA DISTRIBUIDORAS, ALTA DE TRIBUTO SOBRE ETANOL PODE FACILITAR SONEGAÇÃO
- ALTA NOS COMBUSTÍVEIS É EFEITO DO ENFRAQUECIMENTO POLÍTICO DE TEMER
- PREFEITOS CRITICAM E PEDEM REVISÃO DA ALTA DO TRIBUTO SOBRE COMBUSTÍVEIS
- 'POPULAÇÃO VAI ENTENDER', DIZ TEMER SOBRE AUMENTO DE IMPOSTOS
- ALTA NO IMPOSTO DE COMBUSTÍVEL DEVE TER IMPACTO DE ATÉ 0,6 PONTO NO IPCA
- COM REFORMA, TRABALHADOR PODE TER QUE PAGAR CUSTOS DE PROCESSOS ATUAIS

- GOVERNO E CENTRAIS ACERTAM CONTRIBUIÇÃO NÃO OBRIGATÓRIA PARA FINANCIAR SINDICATOS
- TEMER ACENA COM CONTRIBUIÇÃO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA PARA SINDICATOS, DIZ FORÇA
- COM SINAL VERDE PARA 'CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL', SINDICATOS INICIAM DEBATE
- CSB NÃO PARTICIPARÁ DE REUNIÃO DE TEMER SOBRE REFORMA TRABALHISTA
- ARTIGO: REFORMA TRABALHISTA: AJUSTE COM MAIS EMPREGO E MENOS SALÁRIO
- SIGILO ABSOLUTO: GOVERNO 'ESCONDE' ACORDOS COM BANCOS QUE CONFESSAM CRIMES
- PROPOSTA DE REFORMA NO SETOR ELÉTRICO DEVE IR AO CONGRESSO EM SETEMBRO, DIZ GOVERNO
- NOVA TAXA DO BNDES SERÁ MAIS BAIXA QUE A DE MERCADO, DIZ GOVERNO
- CARRO ELÉTRICO PODE AMPLIAR BUSCA POR MINÉRIOS BRASILEIROS
- NAS GRANDES CIDADES A PRIORIDADE É O TEMPO, NÃO O CARRO
- JEEP COMPASS 2018 TEM REAJUSTE MÉDIO DE 2%
- VOLVO, GEELY E LINK TERÃO JOINT VENTURE PARA VEÍCULOS ELÉTRICOS
- TODAS AS TRANSAÇÕES ESTÃO SUJEITAS A APROVAÇÕES DAS AUTORIDADES
- AÇOS MAIS LEVES E FLEXÍVEIS PROMETEM CARROS QUE GASTAM MENOS
- NOVA SOLUÇÃO AUTOMOTIVA SIEMENS ACELERA DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE INTEGRADO
- WEG VÊ INÍCIO DE INVESTIMENTOS DA INDÚSTRIA, MAS RECUPERAÇÃO É LENTA

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 21/07/2017</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,123	3,123
<b>Euro</b>	3,639	3,641

**Fonte: BACEN**

### ICEI - Índice de Confiança do Empresário Industrial -Confiança da indústria se reduz novamente

21/07/2017 – Fonte: CNI

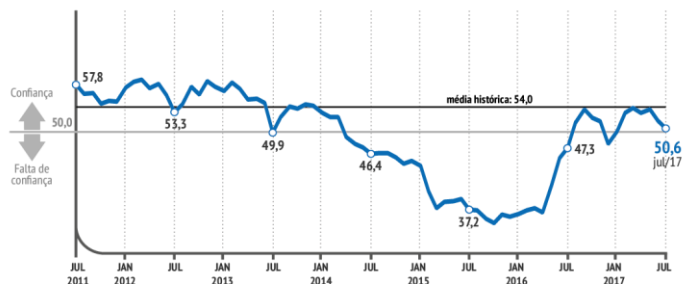
O ICEI de julho caiu para 50,6 pontos, o que representa recuo de 1,3 ponto na comparação com junho, mês em que o índice já havia registrado queda. Como situa-se praticamente sobre a linha divisória de 50 pontos – que separa a confiança da falta de confiança –, o ICEI de julho não afirma que os empresários estão confiantes,

tampouco sem confiança. Desde março último, quando atingiu 54,0 pontos, o índice já caiu 3,6 pontos.

Clique [AQUI](#) e acesse o documento.

### Série histórica

(Índice (0 a 100 pontos)\*)



\*Valores abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança do empresário. Quanto mais abaixo de 50 pontos, maior e mais disseminada é a falta de confiança.

## Programa melhoria da Competitividade Industrial- Palestra: "A Exportação ao seu alcance"

21/07/2017 – Fonte: CIN/ FIEP

**PROGRAMA DE MELHORIA DA COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL**

Prezado Industrial,

Você deseja conquistar o mercado internacional, mas não sabe como?

Participe da palestra "A exportação ao seu alcance" e veja que vender para o exterior é mais simples do que parece. A palestra abordará os seguintes temas:

- Desafios reais e barreiras imaginárias na exportação;
- Incentivos para a exportação;
- A importância de tornar-se global;

Palestrante: Sergio Pereira – Internacionalista especializado em expansão de negócios globais para pequenas e médias empresas. Professor de Pós-Graduação na área de Gestão Internacional na FIA-USP e Sustentare (SC). Palestrante e autor do livro: "Futuro do Prêfêrito – visões do que não mudou no comércio internacional brasileiro em 30 anos".

**Data: 27/07/2017** (quinta-feira)  
**Hora: 08h30** – Welcome Coffee  
**09h00** – Palestra  
**Local:** Sala de Convenções - Sistema Fiep  
Avenida Comendador Franco, nº 1341 – Jardim Botânico

Na ocasião serão apresentadas as iniciativas oferecidas pela Fiep por meio do eixo internacionalização do Programa de Melhoria da Competitividade Industrial.

Favor confirmar presença até **25/07** pelo telefone: (41) 3271-9889 ou pelo email [competitividade@fiepr.org.br](mailto:competitividade@fiepr.org.br).

**Vagas limitadas!!!**

Atenciosamente,

**Reinaldo Victor Tockus**  
Superintendente da Fiep  
Gerente de Relações Internacionais e Negócio Exterior

Apoio para ampliação do mercado industrial paranaense.

AQUI TEM SEU APOIO SINDICAL

Editais voltados à internacionalização FIEP:  
[PPT Selo de Preparação](#)  
[PPT Embalagens](#)

21/07/2017 – Fonte: CNI

**O setor privado brasileiro defende a conclusão ainda este ano do acordo com a União Europeia e avanço nas negociações com outras economias**

“A preservação e o revigoramento do bloco dependem da capacidade dos membros de avançar nos temas da agenda econômica, deixando em segundo plano os temas políticos”, diz Carlos Abijaodi



Pela primeira vez nos últimos cinco anos, o Brasil assumirá a presidência do Mercosul em condições de avançar na agenda comercial e econômica do bloco. Esta é a avaliação do diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Abijaodi. Diante de um ambiente mais favorável, a CNI afirma que é o momento de intensificar os processos de negociação de acordos comerciais em andamento, finalizar o acordo entre Mercosul e União Europeia e abrir novas frentes de negociação com outras economias. Nesta sexta-feira (21) o Brasil passa a comandar o Mercosul e a decidir as prioridades até 2018.

“A preservação e o revigoramento do bloco dependem da capacidade dos membros de avançar nos temas da agenda econômica, deixando em segundo plano os temas políticos”, diz Carlos Abijaodi. Segundo o diretor da CNI, os rumos do Mercosul devem estar menos atrelados às dificuldades de conjuntura e mais vinculadas a uma visão estratégica de longo prazo do processo de integração.

Para a CNI, além dos acordos, uma das metas do Brasil deve ser a conclusão do Acordo de Compras Governamentais, em discussão desde 2003 e que ainda não saiu do papel. Esse acordo permitirá que fornecedores de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai tenham acesso preferencial às compras dos governos municipais, estaduais e federais uns dos outros. O acordo dá condições iguais de concorrência entre fornecedores e produtos nacionais e estrangeiros e transparência na divulgação das compras públicas.

O mercado de compras públicas no Brasil alcança cerca de US\$ 160 bilhões, o que coloca o país entre os oito principais mercados do mundo. O mercado Argentino é dado como se fosse de US\$ 11,5 bilhões, uma distorção grande em relação ao Brasil por diferença de metodologia ou por falta de informações públicas. O governo do Paraguai compra cerca de US\$ 2,4 bilhões e, o do Uruguai, US\$ 2 bilhões.

O setor privado também avalia que há espaço para iniciar negociações para ampliar o acordo de serviço, discutir um amplo acordo de facilitação de comércio e rediscutir a Tarifa Externa Comum (TEC).

**REVISÃO DA TEC** – Atualmente, o Mercosul convive com um grande número de exceções à tarifa externa, chamado no jargão de perfuração na TEC. A tarifa foi criada para evitar a formação de oligopólio ou de reservas de mercado, na teoria deveria ter um número reduzido de alíquotas.

No entanto, há cinco principais regimes de exceção e estima-se que em 40% do comércio intrabloco não sejam aplicadas o mesmo nível de tarifas por todos os membros, o que dificulta bastante a livre circulação de bens e serviços.

Estudo da CNI mostra que a maior incidência de perfurações da TEC está concentrada nos setores intensivos de mão de obra e equipamentos e transporte. Atualmente, as listas dos países com exceções à TEC contêm 1.299 itens.

Há outros 500 produtos com tarifas superiores à TEC por motivos de conjuntura internacional. A relação de bens de informática e telecomunicações com tarifas diferentes da tarifa externa comum contém 401. E há uma relação de outros 1.205 produtos classificados como bens de capital que também tem alíquota própria.

**AVANÇOS NO MERCOSUL** – Na presidência da Argentina, os países do bloco assinaram o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, com pontos importantes como a redução dos riscos e prevenção de controvérsias.

A Argentina também contabiliza o diálogo exploratório entre Mercosul e Coreia do Sul, entendimentos para um acordo com o Canadá, início de conversas com Japão, Austrália e Nova Zelândia, além de aproximação da Aliança do Pacífico (México, Chile, Peru e Colômbia) e a primeira rodada de negociações sobre um acordo de livre comércio com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA na sigla em inglês) formada por Suíça, Liechtenstein, Noruega e Islândia.

### **Revisão de acordo Brasil-Argentina limita tributação de dividendo e juro**

21/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

A assinatura do protocolo que alterará o acordo entre Brasil e Argentina para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão em impostos sobre a renda foi discutida nesta quinta-feira, 20, em Mendoza, na Argentina, em reuniões como parte da 50ª Cúpula do Mercosul.

De acordo com nota da Receita Federal e do Ministério da Fazenda, o protocolo do novo acordo prevê o estabelecimento de limites, antes inexistentes, "à tributação na fonte de dividendos, juros, royalties e serviços técnicos e de assistência técnica".

Há ainda atualização do artigo específico que trata do "intercâmbio de informações entre as respectivas administrações tributárias, conforme os padrões internacionalmente aceitos para dispositivos desta natureza".

Há também atualização do artigo sobre os métodos para evitar a dupla tributação, substituindo, no caso da Argentina, o método de isenção pelo método de crédito, já utilizado pelo lado brasileiro, e a inclusão de artigo "de amplo alcance objetivando o combate à elisão fiscal e ao uso abusivo do acordo".

Além da inclusão desses dispositivos, segundo a nota, o protocolo inclui também outras recomendações assumidas por ambos os países frente ao G20 e a OCDE. O protocolo negociado visa modernizar o acordo vigente para tentar favorecer os investimentos recíprocos entre os países.

Entre as alterações presentes no texto estão ainda a inclusão dos dispositivos que compõem os padrões mínimos do Projeto BEPS, desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com apoio do G-20, para o combate às estratégias internacionais de erosão de bases tributáveis.

O Brasil foi representado pelo secretário de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Marcello Estevão.

#### **Assinatura**

A previsão é que o acordo seja assinado amanhã por volta das 11h45. O acordo para evitar a dupla tributação entre os países vizinhos foi firmada em 17 de maio de 1980. Em 2006, Brasil e Argentina iniciaram a negociação de um protocolo para alterar o texto vigente, procedimento que não avançou.

A retomada das negociações no início deste ano partiu por iniciativa do lado argentino e o Brasil concordou que era preciso rever outros pontos do tratado.

### **Equilíbrio das contas públicas deve vir do corte de gastos e das reformas, diz presidente da CNI**

21/07/2017 – Fonte: CNI

"A elevação dos tributos provoca o aumento dos custos das empresas e reduz o poder de compra das famílias" - Robson Andrade



O aumento dos impostos anunciado pelo governo nesta quinta-feira (20) penalizará ainda mais as empresas, que estão com as finanças debilitadas pela recessão. "A elevação dos tributos drena recursos do setor privado para o setor público. Provoca o aumento dos custos das empresas e reduz o poder de compra das famílias, o que prejudica o crescimento da economia", afirma o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade.

Ele destaca que a carga tributária do Brasil, próxima a 33% do Produto Interno Bruto (PIB), é a mais alta entre os países emergentes. Lembra, ainda, que o recente fim das desonerações financeiras elevou, na prática, a carga tributária das indústrias, que são responsáveis por 30% da arrecadação de tributos no Brasil.

Para a CNI, o equilíbrio das contas públicas deve ser perseguido pela contenção dos gastos e não pelo aumento dos impostos. Essa é uma tarefa de todos, do governo, do Congresso e da sociedade, destaca o presidente da CNI. Além disso, diz Andrade, o país precisa acelerar as reformas, especialmente a da Previdência Social, para melhorar o ambiente de negócios e buscar o ajuste fiscal de longo prazo, necessários para o restabelecimento da confiança dos empresários e dos consumidores e à recuperação da economia.

### **Governo anuncia aumento de impostos sobre combustíveis**

21/07/2017 – Fonte: Globo.com

***Também foi anunciado o bloqueio de R\$ 6 bilhões do orçamento. Objetivo é evitar que rombo das contas passe do limite de R\$ 139 bilhões.***

O governo anunciou, nesta quinta-feira (20), um aumento de impostos sobre combustíveis e o bloqueio de quase R\$ 6 bilhões do orçamento. O objetivo é evitar que o rombo das contas públicas passe do limite de R\$ 139 bilhões.

Horas antes do anúncio num discurso no Palácio do Planalto, o presidente Michel Temer disse que o governo é eficiente e respeita o dinheiro dos impostos: "Desde o primeiro dia nós temos promovido exatamente eficiência no governo. Demos também transparência à situação das contas públicas, e estamos tratando com seriedade o dinheiro do pagador de impostos".

No fim da tarde desta quinta-feira (20), a confirmação já esperada: o aumento do PIS/Cofins cobrado sobre gasolina, diesel e etanol.

Com esse reajuste o governo espera arrecadar R\$ 10,42 bilhões. O imposto sobre a gasolina vai subir R\$ 0,41 por litro. Do diesel sobe R\$ 0,21 por litro. A do produtor de etanol aumentou, e o distribuidor que não pagava, vai passar a pagar. E essa decisão do governo tem um motivo simples: o impacto é imediato. E não precisa da autorização do Congresso.

O aumento de impostos terá impacto no bolso do consumidor, logo, na inflação. Mas ela está abaixo da meta perseguida pelo Banco Central. E não foi só o aumento. Veio também um novo contingenciamento: um congelamento de gastos no orçamento de quase R\$ 6 bilhões.

Foi uma conta de chegada. O governo viu que só com o aumento do PIS/Cofins não conseguiria cobrir o buraco que tem nas contas hoje. Não cumpriria a meta fiscal de 2017, que já prevê um déficit, um rombo de R\$ 139 bilhões.

O ministro Henrique Meirelles justificou as medidas: "Pela queda da arrecadação em função da recessão que herdamos dos últimos anos. Resultados, principalmente das empresas e também do setor financeiro, refletiram os prejuízos acumulados nos últimos dois anos, que estão sendo amortizados neste ano".

Hoje estão congelados R\$ 39 bilhões, o que prejudica vários serviços públicos. A emissão de passaportes, por exemplo, foi suspensa no fim de junho. Por falta de dinheiro, no início de julho, a Polícia Rodoviária Federal suspendeu o patrulhamento de rotina nas estradas para economizar combustível.

Ao anunciar o novo congelamento, em nota, o governo disse que ele será compensado com receitas extraordinárias. Só não disse quais. E é bom lembrar que o governo contava muito com o novo Refis, programa de parcelamento de dívidas que foi alterado na Câmara e não deve mais arrecadar o que era esperado.

A reforma da Previdência, que os economistas consideram fundamental para a melhora das contas públicas, parou na Câmara logo depois da divulgação da gravação do empresário Joesley Batista com o presidente Michel Temer.

Só de janeiro a maio, o rombo chegou a R\$ 70 bilhões, e a arrendação de impostos até subiu em junho: 3%. Mas o total no acumulado do ano desde janeiro não chega a 1%.

### **Aumento de imposto pode deixar fretes 4% mais caros, diz associação**

21/07/2017 – Fonte: Jornal Nacional

***Representantes de indústrias e do setor de transportes criticaram governo. Preços para os consumidores ficarão 7% mais altos.***

O anúncio do aumento dos impostos sobre os combustíveis desagradou aos representantes da indústria e do setor de transportes.

É um caminho rápido para o dinheiro chegar aos cofres do governo e para sair do bolso de gente como o caminhoneiro José Carlos. Ele diz que já sofre com a queda no valor das diárias.

"Hoje qual centavinho que aumenta no diesel já dá diferença. Por exemplo no dia que você gasta 80, 90 conto, aí você vai gastar R\$ 100. Aí você pensa que não é muito

mas, o caminhão rodando, a diferença é grande”, diz José Carlos Rocha, motorista de caminhão.

Desse imposto não dá para escapar, ligou a bomba já está pagando. As transportadoras dizem que o combustível representa 40% do custo de um frete e qualquer aumento geralmente é repassado e vai parar nos produtos que estão sendo transportados.

“A nossa margem no setor é muito pequena, aliás as empresas hoje lutam ainda para sair do vermelho, quer dizer, qualquer impacto de custo, ainda mais um custo dessa natureza, ele é imediato, não tem como não repassar”, explica José Hélio Fernandes, presidente da Associação Nacional de Transporte de Carga e Logística.

A Associação de Transporte de Carga ainda está calculando o impacto do aumento na alíquota do imposto, mas estima que os fretes, conforme a distância, podem ficar até 4% mais caros.

“É mais uma dificuldade que nós teremos pela frente, porque a economia estando em crise, evidentemente transporta menos. E isso torna ainda mais difícil de você realmente repassar custo”, comenta o presidente da associação.

A área econômica do próprio governo, segundo o jornal “O Globo”, estima que os preços para os consumidores ficarão 7% mais altos.

“Aumento de tributação sobre combustíveis terminará penalizando mais consumidores, mais usuários sobre combustíveis, setor privado mas também você pega combustíveis de transporte público, terminara impactando tão os preços dos produtos”, destaca Flávio Castelo Branco, gerente da Confederação Nacional da Indústria.

Ele diz ainda que mais impostos dificultam a recuperação da economia: “Qual tributo retira renda da população ou das empresas, portanto, reduz capacidade de consumo e investimento da economia. Só que o aumento de tributação pode agravar o ambiente recessivo e se tornar ainda um obstáculo maior para a recuperação da economia à frente”.

Em nota, a Federação das Indústrias do estado de São Paulo diz que ficou indignada com o anúncio da alta de impostos sobre os combustíveis e que esse aumento recai sobre a sociedade que já está sufocada. E conclui: o caminho correto é cortar gastos, aumentar a eficiência e reduzir o desperdício.

O especialista em contas públicas Amir Khair criticou a decisão do governo e diz que há outras opções.

“Ele pode cortar cargos em comissão, que são pesados e existem um número bastante expressivo deles, ele poderia rever contratos, a revisão de contratos é uma prática importante, ou seja, tem que haver melhoria na gestão do governo”, comenta Amir Khair, especialista em contas públicas.

### **CNI: aumento de imposto prejudicará ainda mais as empresas**

21/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O aumento de impostos anunciado nesta quinta-feira, 20, pelo governo Michel Temer prejudicará ainda mais as empresas que já sofrem com a recessão econômica. O alerta é do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson de Andrade.

“A elevação dos tributos drena recursos do setor privado para o setor público. Provoca o aumento dos custos das empresas e reduz o poder de compra das famílias, o que



prejudica o crescimento da economia”, afirma o presidente da entidade em nota à imprensa.

A CNI – que apoia a agenda de reformas do governo Temer – critica a decisão anunciada nesta tarde com a lembrança de que a carga tributária brasileira já está próxima a 33% do Produto Interno Bruto (PIB) e é a mais alta entre economias emergentes. A nota lembra ainda que o fim de algumas desonerações de impostos fez, na prática, com que a carga tributária da indústria já tivesse subido previamente nos últimos meses.

A Confederação defende que o “equilíbrio das contas públicas deve ser perseguido pela contenção dos gastos e não pelo aumento dos impostos”. “Essa é uma tarefa de todos, do governo, do Congresso e da sociedade”, cita o presidente da entidade.

### **Artigo: Aumento de impostos terá efeito tóxico**

21/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

***Parlamentares, em sua maioria, parecem mais preocupados em salvar suas cadeiras no Congresso, ao mesmo tempo em que assistimos ao aumento do rombo nas contas do governo.***



José Cruz/Agência Brasil/Fotos Públicas

Neste momento, em que o governo Michel Temer se vê em uma situação incômoda, compreende-se, mais uma vez, que a crise política é a grande responsável pela crise econômica vivida pelo Brasil nos últimos 24 meses, a maior dos últimos 30 anos.

A fartura na distribuição de dinheiro público para a compra de apoio através das emendas parlamentares transformou-se num vergonhoso balcão de negociatas, em que partidos são comprados pelo peso – sem balança – de políticos que apoiam o governo.

Parlamentares, em sua maioria, parecem mais preocupados em salvar suas cadeiras no Congresso, ao mesmo tempo em que assistimos ao aumento do rombo nas contas do governo causadas pela má gestão em anos passados e, é claro, pelas falcaturas tão fartamente denunciadas por empresários também corruptos.

Agora, em mais uma medida de emergência (para não dizer desespero), vem o governo anunciar o aumento dos tributos sobre combustíveis, com novas alíquotas do PIS e Cofins, além de sinalizar também com aumento da Cide.

O aumento dos combustíveis afeta, de uma forma geral, quase todos os setores da economia e penaliza o consumidor final, uma vez que o Brasil, sem sistemas de transporte ferroviário e hidroviários relevantes, depende quase exclusivamente do transporte rodoviário, com conseqüente encarecimento do custo dos produtos transportados.

Às 15 horas desta quinta-feira, 20 de julho, o Impostômetro da Associação Comercial marcava 1 trilhão e 195 bilhões de reais, o total arrecadado desde primeiro de janeiro pelo governo.

Todo aumento de impostos é sempre nocivo para a economia – portanto, não pode ser bem vindo, independente das justificativas apresentadas pelo governo.

Novamente a população e as classes produtoras pagam a conta, sabendo que hoje são os combustíveis, mas que amanhã podem ser surpreendidos com outras majorações. Impedir o rombo fiscal é necessário, mas que o governo arrume suas contas sem aumentar impostos, pois resta claro que o aumento da carga tributária significa mais dificuldades para os empresários e mais recessão.

(Gláucio José Geara é presidente da Associação Comercial do Paraná).

### **Fiesp mostra indignação com alta de impostos sobre combustíveis**

21/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Ao comentar, em nota, o aumento das alíquotas de PIS/Cofins sobre combustíveis, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) manifestou indignação com a medida e comentou que a elevação da carga tributária vai agravar a crise num momento em que a economia dá sinais de recuperação.

“Nesta semana, ficamos indignados com o anúncio da alta de impostos sobre os combustíveis”, afirmou Skaf. Com questionamentos direcionados ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o conteúdo da nota poupa de críticas o presidente Michel Temer (PMDB), aliado de Skaf.

“Ministro, aumentar imposto não vai resolver a crise; pelo contrário, irá agravá-la bem no momento em que a atividade econômica já dá sinais de retomada, com impactos positivos na arrecadação em junho”, assinala o presidente da Fiesp. “Aumento de imposto recai sobre a sociedade, que já está sufocada, com 14 milhões de desempregados, falta de crédito e sem condições gerais de consumo”, acrescenta.

A Fiesp tem uma campanha contra alta dos impostos que ficou marcada pela instalação de um pato inflável gigante em frente à sede da entidade na Avenida Paulista, inclusive durante os protestos pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Hoje, após a confirmação de que o governo Temer vai aumentar imposto na tentativa de reduzir o rombo das contas públicas, Skaf disse que a entidade patronal mantém suas bandeiras, “independentemente de governos”.

“Somos contra o aumento de impostos porque acreditamos que isso é prejudicial para o conjunto da sociedade. Não cansaremos de repetir: Chega de Pagar o Pato. Diga não ao aumento de impostos! Ontem, hoje e sempre.”

### **Governo promete vetar mudanças feitas pelo Congresso no Refis**

21/07/2017 – Fonte: Jornal Nacional

***Segundo novo Refis, devedores têm mais descontos em multas e juros. Governo estima que mudanças signifiquem perdão de R\$ 220 bilhões.***

No esforço para diminuir o rombo das contas públicas, o governo também pretende vetar as propostas generosíssimas do Congresso Nacional ao projeto de renegociação de dívidas de empresas com a União.

A União tem a receber cerca de R\$ 300 bilhões em dívidas, e para atrair esses devedores a quitarem seus débitos, empresas e pessoas físicas, oferece parcelar os pagamentos com descontos no programa de refinanciamento que está em vigor desde maio.

Mas um grupo de parlamentares pediu mudanças e o relator da comissão que analisa o programa, deputado Newton Cardoso Jr., do PMDB, quer tornar o novo Refis uma premiação para devedores.

O relator manteve o que estava na proposta do governo: pagamento de 20% da dívida à vista, sem desconto, mas fez mudanças no financiamento do principal, dos 80% restantes. Aumentou o desconto nos juros e multas. Pela proposta, quando o pagamento dos 80% da dívida for feito de uma só vez, o desconto nos juros sobe de 90% para 99%, e das multas, de 50% para 99%. Para quem pagar em parcelas esses 80% da dívida, os descontos podem chegar a 90%.

Outra mudança: apenas dívidas abaixo de R\$ 15 milhões tinham condições especiais, um valor menor de entrada, que era de 7,5% da dívida. O novo texto permite essa entrada menor, que foi reduzida para 2,5%, para dívidas muito maiores: de até R\$ 150 milhões.

O relator do Refis no Congresso deu ainda mais um alívio aos devedores: retirou do texto um dispositivo que impedia a participação de contribuintes que já tivessem entrado em outros parcelamentos e cometido fraudes. O governo estima que essas mudanças todas signifiquem um perdão de R\$ 220 bilhões.

O texto já foi aprovado pela comissão. Um levantamento feito pelo Jornal Nacional constatou que entre os integrantes, deputados e senadores, metade tem dívidas com a União e poderiam ser beneficiados com a nova versão do Refis. Até o próprio relator é sócio de empresas que devem, juntas, mais de R\$ 50 milhões à União.

Newton Cardoso Jr. não quis gravar entrevista nesta quinta-feira (20), mas disse em nota que o texto atende às necessidades da sociedade acima de qualquer interesse particular ou corporativo, e que continua aberto ao diálogo.

O governo esperava arrecadar mais de R\$ 13 bilhões com o programa para fechar as contas do ano. Se as mudanças propostas pelo relator forem aprovadas, nem R\$ 500 milhões devem chegar aos cofres.

Em entrevista à jornalista Miriam Leitão, na GloboNews, o ministro da Fazenda reafirmou que o governo vai trabalhar para reverter as mudanças nos plenários da Câmara e Senado. Caso contrário, vai recomendar o veto.

“De uma maneira ou de outra, nós estamos trabalhando com a hipótese de manter o projeto original ou não haver essa possibilidade.

Portanto, é importante que as empresas saibam disso, porque, enquanto a medida provisória estiver válida, aqueles que aderirem ao programa é definitivo isso. Portanto, as empresas têm o prazo até 31 de agosto para aderir ao programa como está hoje, ao invés de tentar apostar numa eventual mudança, que é uma aposta de alto risco, e perder a oportunidade de usar o Refis. Portanto, deve aderir ao programa como está”, diz Henrique Meirelles.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse que, do ponto de vista fiscal, não há condições de aceitar o texto da comissão, e que dirá isso ao relator.

“Eu não digo que é um calote, mas digo que, na situação fiscal em que o Brasil está hoje, com as dificuldades que o Brasil tem hoje, nós precisamos que o Refis seja aprovado como veio do governo. Senão, a gente já sabe o que vai acontecer. O governo vai acabar vetando o Refis e as pessoas acabarão sendo prejudicadas”, avalia Maia.

## **Editorial: Remendo tributário**

21/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Estamos ainda em julho —e já no segundo aumento de carga tributária promovido pelo governo Michel Temer (PMDB) na tentativa de fechar as contas do ano.

O primeiro, é verdade, empacou no Congresso. Os parlamentares resistem a votar a medida provisória que reverte parte da desoneração da folha de pagamento das empresas, cancelando benefícios concedidos de forma atabalhoada pela administração petista.

Desta vez recorre-se a um decreto que eleva a taxaço da gasolina e de outros combustíveis, providência que, por envolver tributos de caráter regulador, pode gerar efeitos imediatos, sem exigência de aval do Legislativo.

Buscavam-se R\$ 4,8 bilhões na ofensiva inicial, de março; com a mais recente, estimam-se R\$ 10,4 bilhões. Conforme o Executivo, o avanço sobre o bolso do contribuinte se justifica pelo imperativo de conter a sangria dos cofres federais —que resulta em endividamento público a penalizar, cedo ou tarde, toda a sociedade.

Se não é descabido, o argumento tampouco expõe com clareza as escolhas do governo e seus motivos.

Em boa parte, a presente carência de recursos decorre de uma mistura de oportunismo político e imprudência na elaboração do Orçamento deste ano. A peça baseou-se na estimativa de uma alta irrealista da arrecadação, o que convinha à tese oficial de que o teto fixado para os gastos bastaria para equilibrar as finanças federais.

Contornou-se, dessa maneira, um debate incômodo, mas premente, sobre a distribuição dos custos do ajuste econômico. A opção pelos remendos de agora agrava, aliás, distorções de um sistema de impostos que onera em excesso o consumo, eleva preços e penaliza os estratos mais vulneráveis.

Enquanto isso, a taxaço direta da renda e do patrimônio permanece baixa até para padrões do mundo emergente. Uma reforma que seguisse critérios de justiça tributária deveria deslocar a carga nacional rumo aos maiores lucros, salários e posses.

Alguns avanços nesse sentido se notam em Estados e municípios que, premidos pela escassez de recursos, aumentaram impostos sobre heranças, bens supérfluos e propriedade imobiliária.

Entretanto o governo federal, que ousou em mudanças nas legislações previdenciária e trabalhista, mantém-se lamentavelmente conservador nessa matéria, o que tende a se acentuar com o enfraquecimento político do presidente.

Compreende-se a dificuldade de tratar do tema num país em que o setor público consome um terço da renda dos cidadãos. Mesmo sem elevar esse ônus, porém, há como torná-lo mais equânime —sem prejuízo da busca por mais eficiência no gasto governamental.

## **Indústria ataca aumento de tributo sobre gasolina e defende novos cortes de gastos**

21/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

***Entidades do setor produtivo criticaram fortemente o reajuste do PIS/Cofins sobre os combustíveis, anunciado pelo governo nesta quinta-feira (20)***

O aumento de impostos que incidem sobre os combustíveis e que deve elevar o preço da gasolina e do diesel em R\$ 0,41 e R\$ 0,22 por litro, respectivamente, causou indignação no setor produtivo. O decreto que eleva a PIS/Cofins foi assinado nesta quinta-feira (20) pelo presidente Michel Temer, antes da viagem dele para a Argentina. A alta sobre os combustíveis foi a saída encontrada pelo governo para recompor a arrecação tributária e manter a meta fiscal deste ano. A medida, porém, desagradou a todo mundo.



Por meio de notas oficiais, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e do Estado de São Paulo (Fiesp) informaram que a medida atrasará a recuperação da economia e que o governo deveria ter buscado outras formas de equilibrar as contas públicas e garantir o cumprimento da meta fiscal para este ano.

“Ministro [da Fazenda, Henrique Meirelles], aumentar imposto não vai resolver a crise; pelo contrário, irá agravá-la bem no momento em que a atividade econômica já dá sinais de retomada, com impactos positivos na arrecadação em junho. Aumento de imposto recai sobre a sociedade, que já está sufocada, com 14 milhões de desempregados, falta de crédito e sem condições gerais de consumo”, destacou o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, em nota publicada na página da entidade na internet.

De acordo com Skaf, o governo deveria concentrar-se no corte de gastos e na melhoria da gestão do Estado, em vez de aumentar tributos. “Todos sabem que o caminho correto é cortar gastos, aumentar a eficiência e reduzir o desperdício”, disse. Ele acrescentou que a posição da Fiesp contrária à alta de tributos é apartidária e não depende de governos.

A sugestão da Fiesp é parecida com a da CNI. Em nota, o presidente da confederação, Robson Braga de Andrade, ressaltou que a medida provoca prejuízos tanto para o consumidor como para as empresas. “A elevação dos tributos drena recursos do setor privado para o setor público. Provoca o aumento dos custos das empresas e reduz o poder de compra das famílias, o que prejudica o crescimento da economia”, comentou.

Para a CNI, o equilíbrio das contas públicas deve ser perseguido pela contenção dos gastos, em vez do aumento dos impostos. A entidade recomendou a aceleração das reformas estruturais, principalmente a da Previdência Social, para melhorar o ambiente de negócios e buscar o ajuste fiscal no longo prazo. Segundo a CNI, somente as reformas restabelecerão a confiança dos empresários e dos consumidores e farão a economia recuperar-se.

No mesmo tom, a Firjan defendeu em nota que “a saída para a crise fiscal não passa por mais aumento de impostos, mas na adequação dos gastos públicos ao novo cenário econômico e na urgência da aprovação da reforma da Previdência”, disse em nota.

A entidade destacou que no estado do Rio de Janeiro será atingido um novo recorde de fechamento de empresas em 2017 e que não é o momento de onerar o custo do transporte e da produção para as indústrias. Para a Firjan, o aumento de tributos pode resultar em queda “e não em aumento da arrecadação, simplesmente porque o próprio fisco está expulsando os contribuintes da base de arrecadação tributária”.

### ***Prefeitos também ficaram descontentes, mas por outro motivo***

Em nota, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) se disse "surpresa" e "descontente" com a decisão de Temer para tentar resolver o rombo nas contas públicas e pedirá que o governo reconsidere a medida que dobra o PIS/Cofins que incide sobre a gasolina.

"A Frente Nacional de Prefeitos manifesta surpresa com a decisão do governo federal de aumentar tributos sobre os combustíveis por meio de receitas não partilháveis com estados e municípios. A crise econômica afeta gravemente todos os entes federados e as soluções deveriam contemplar esse cenário", diz o comunicado.

Os prefeitos defendem a criação de uma Cide municipal sobre os combustíveis para subsidiar o valor das tarifas do transporte coletivo, mas os estudos apresentados ao governo federal nunca foram para frente, segundo a FNP.

### **Firjan critica aumento de impostos anunciado pelo governo**

21/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Federação das Indústrias do Rio (Firjan) reforçou sua posição de que a saída para a crise fiscal "não passa por mais aumento de impostos, mas na adequação dos gastos públicos ao novo cenário econômico e na urgência da aprovação da reforma da Previdência". A área econômica do governo anunciou mais cedo nesta quinta-feira, 20, o aumento das alíquotas do PIS/Cofins sobre os combustíveis para tentar arrecadar R\$ 10,4 bilhões a mais neste ano.

Em nota, a Firjan destaca que o País precisa de reformas, e não de mais impostos. "Além de um teto para os gastos, o Brasil necessita de um teto para os impostos", diz a nota.

Para a entidade empresarial fluminense, a história dos tributos PIS/Cofins não deixa dúvidas quanto a isso. "Criadas para financiar o regime de previdência e assistência social no Brasil, as duas contribuições arrecadavam R\$ 107 bilhões no ano 2000, mais de quatro vezes o déficit da seguridade social à época (R\$ 26 bilhões).

Hoje, o déficit da seguridade social (R\$ 259 bilhões) é muito superior à arrecadação destas contribuições (R\$ 165 bilhões), apesar do PIS/Cofins ter sofrido um aumento de 54% acima da inflação no período", acrescenta na nota.

A Firjan defende que o momento atual não é de onerar o custo do transporte e da produção para as indústrias. A entidade aponta que no Brasil e no Estado do Rio será registrado um novo recorde de fechamento de empresas em 2017.

"No primeiro semestre foram fechadas 8.151 empresas no Estado do Rio, quase 40% acima do registrado no mesmo período em 2016. Na prática, isso significa que novos aumentos de impostos podem resultar em queda, e não em aumento da arrecadação, simplesmente porque o próprio fisco está expulsando os contribuintes da base de arrecadação tributária", completou o comunicado.

### **Editorial: Governo precisa dar algo em troca da alta de impostos**

21/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

***Contas públicas chegaram no limite e o imposto subiu para a meta fiscal ser cumprida. Agora o governo precisa mostrar que vai lidar com as despesas***

Mesmo segurando quase R\$ 40 bilhões do orçamento e buscando receitas extraordinárias de maneira quase frenética, o governo não evitou uma elevação de impostos para fechar as contas deste ano.

Entre descumprir a meta fiscal, de déficit de R\$ 139 bilhões para o governo central, e aumentar um tributo, a equipe econômica preferiu a segunda opção. A escolha de elevar agora o PIS/Cofins dos combustíveis para arrecadar pouco mais de R\$ 10 bilhões parece correta, mas a sociedade tem o direito de exigir que o sacrifício não seja em vão.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, vem falando sobre a fragilidade fiscal há mais de um ano. Sua equipe vinha conseguindo evitar que os seguidos déficits levassem a um aumento de impostos, sabendo que uma maior carga tributária muitas vezes joga contra a recuperação de uma economia em recessão. Foi nesse cenário que o governo lançou dois programas de repatriação de divisas, buscou recursos vindos de privatizações e fez mais um programa de renegociação de dívidas fiscais (Refis).

Mesmo assim, o quadro fiscal continuou delicado. Em grande medida porque a recuperação das receitas, esperada com a melhora da atividade econômica, ocorre de maneira muito lenta. Neste ano, a arrecadação da União cresceu apenas 0,7%, em termos reais, na comparação com o ano passado.

A criação do teto de gastos permitiu uma maior previsibilidade para as despesas, mas não resolve o lado da receita – nos últimos dois anos, as receitas extraordinárias foram essenciais para o cumprimento das metas fiscais, com elevado grau de incerteza.

Sem arrecadação tributária adicional, o governo teria de contar novamente com as receitas extraordinárias neste ano. E novamente há grande incerteza, em especial sobre a viabilidade de se obterem R\$ 13 bilhões através do Refis que neste momento tramita no Congresso. É bastante provável que a medida não tenha o efeito desejado.

O governo também espera arrecadar com o leilão de usinas hidrelétricas cujas concessões estão sendo devolvidas pelos operadores e conseguiu levantar R\$ 8 bilhões com precatórios não sacados.

Muita gente, com razão, argumenta que é preciso mais esforço no lado da despesa. Este jornal concorda com esta visão, tanto que tem alertado para os efeitos, por exemplo, dos reajustes para o funcionalismo dados pelo governo Michel Temer. Seria salutar um debate mais intenso sobre a administração federal e uma reforma profunda do funcionalismo.

Não seria impossível para o governo renegociar os reajustes para evitar a alta de impostos – em 2018, a conta de salários vai crescer R\$ 20 bilhões, o mesmo valor que o governo espera arrecadar com o PIS/Cofins dos combustíveis no ano que vem. Mas uma medida como essa seria uma fonte de insegurança jurídica, com custos que também não podem ser desprezados. Neste momento, a opção do governo foi contingenciar mais R\$ 5,9 bilhões do orçamento, uma forma de cortar o gasto corrente.

A administração pública tem um caminho longo para ganhar eficiência, um fato que não é exclusividade do Brasil. Um relatório recente da consultoria McKinsey calculou que os governos podem economizar US\$ 3,5 trilhões por ano se chegarem ao nível de produtividade das nações que alcançaram níveis excelentes de serviços públicos. Modelos melhores que o brasileiro existe e as reformas precisam ser vistas como um caminho para o desenvolvimento do país.

Esse tipo de transformação na busca da excelência, no entanto, esbarra nas idiosincrasias brasileiras. Nosso modelo orçamentário é engessado e distribui recursos por força de lei e não da necessidade ou produtividade.

O maior gasto público, a Previdência, precisa ser profundamente reformado – mas essa questão é percebida pelo meio político como um dreno de votos e não como uma necessidade para o crescimento sustentável do país.

Reconhecer que muito precisa mudar na gestão pública, no entanto, não resolve necessidades de curto prazo. O governo tem uma meta a cumprir e jogá-la no lixo seria um golpe no processo de recuperação da confiança de empresas e consumidores.

O custo para empresas e consumidores será considerável – o preço do litro da gasolina vai subir 41 centavos e o do diesel, 22 centavos. Felizmente, o cenário de desinflação e de queda nos preços do petróleo vão amenizar o impacto do aumento do imposto dos combustíveis na economia real.

### **Após reajuste, litro da gasolina já chega a R\$ 3,89 em Curitiba**

21/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

#### ***Logo após o decreto do governo federal, postos da capital já reajustaram os valores***

Em alguns postos, o reajuste foi feito ainda na noite de quinta-feira (20) Lineu Filho/Gazeta do Povo

O aumento da taxa da gasolina, do diesel e do etanol - viabilizado após decreto assinado pelo presidente Michel Temer (PMDB) nesta quinta-feira (20) - já fez disparar o preço dos combustíveis em postos de Curitiba.

Em muitos estabelecimentos, novos valores começaram a ser cobrados logo após o anúncio do Governo Federal - ainda que a medida passasse a valer, na prática, só nesta sexta. Além disso, o novo preço que os clientes passaram a desembolsar está bem acima da média de reajuste prevista, que era de R\$ 0,41 por litro. Na capital, já é possível encontrar o litro da gasolina variando entre R\$ 3,79 e R\$ 3,89.

E a mudança foi quase que imediata à assinatura do decreto. Embora a maior parte dos motoristas encontrem os novos valores nesta manhã, já teve posto fazendo a mudança na noite de quinta. Mas é no início desta sexta que o impacto está sendo maior. Em um posto de bandeira Shell, próximo ao terminal do Hauer, o aumento foi quase o dobro da previsão do governo federal.

O litro da gasolina que custava R\$ 3,09 até ontem amanheceu por R\$ 3,79. De acordo com o frentista Leandro Oliveira, 38 anos, o reajuste foi aplicado nas primeiras horas desta sexta-feira, pois o posto já está revendendo combustível comprado com o novo valor.

Apesar do aumento de mais de 20% no litro da gasolina, porém, Oliveira diz que o movimento não diminuiu. "Muita gente ainda entra e nem vê o preço das bombas, por isso que o movimento ainda não diminuiu", diz o frentista. Segundo ele, a mudança vem para atrapalhar todo mundo. "A gente vende, mas também é consumidor", desabafa.

Já na Linha Verde, próximo ao viaduto do Xaxim, um posto de bandeira própria vende o litro da gasolina por R\$ 3,69. Até ontem, o preço era de R\$ 3,25. De acordo com o proprietário do estabelecimento, José Merigo, de 55 anos, a mudança não foi feita para compensar o aumento, mas para aumentar o lucro para que ele possa lidar com os novos valores na hora de comprar um novo lote.

Apesar de ainda estar revendendo um estoque antigo, ele diz que foi preciso elevar o preço para conseguir encher suas bombas após o reajuste. E ele não descarta outra remarcação em breve. "Vamos esperar vir para decidir se vai ficar mais caro ou não [o valor da gasolina]. O imposto subiu demais".



## **Novos hábitos**

Por outro lado, quem já se atentou ao aumento afirma que a estratégia é fazer uma pesquisa para encontrar postos onde o combustível ainda é vendido pelo preço antigo. Ao abastecer o carro da empresa no posto do Hauer, o motorista Paulo Roberto Xavier da Silva, de 28 anos, se assustou com a nova marcação.

"É muita coisa. Ontem mesmo a gente veio aqui e era R\$ 3,09. Onde vai parar?", questionou. Já para seu veículo particular, Silva diz que vai pesquisar por postos com preços ainda mais em conta, mesmo que para isso tenha de enfrentar filas. "Tem que economizar. Acho um absurdo porque nos países do lado é tão mais barato", comentou.

O aumento é reflexo da nova alíquota tributária para o combustível. No caso da gasolina, o governo federal passará de R\$ 0,3816 por litro para R\$ 0,7925 por litro — ou seja, mais do que o dobro.

Isso faz com o álcool se torne uma alternativa mais econômica, já que, embora também reajustado, o novo valor tende a ser menor. De acordo com a definição assinada pelo presidente Temer, a tributação sobre o litro do etanol passa de R\$ 0,1200 para R\$ 0,1309.

No total, o governo espera arrecadar R\$ 10,4 bilhões com a medida. De acordo com o Ministério da Fazenda, porém, o preço final dos combustíveis na bomba dependerá do valor que os postos repassarem do aumento de tributação ao preço de venda ao consumidor final.

## **Para distribuidoras, alta de tributo sobre etanol pode facilitar sonegação**

21/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Governo aumentou alíquota de tributo que incide sobre o etanol e outros combustíveis

O aumento da cobrança de PIS/Cofins sobre as vendas de etanol, anunciada nesta quinta (20) pelo governo, pode abrir espaço para aumento da sonegação de impostos no setor, dizem distribuidoras de combustíveis.

Elas reclamam da instituição de uma alíquota sobre a distribuição, que será de R\$ 0,19 por litro, quase dez anos após mudança na tributação do setor para reduzir a possibilidade de sonegação.

Em 2008, o governo decidiu concentrar a cobrança nas usinas para conter o crescimento de distribuidoras que deixavam de recolher os tributos.

"Foi uma luta de anos de todo o setor", disse Leonardo Gadotti, presidente do Sindicom (Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes), que representa as grandes empresas do ramo.

"Esse dinheiro que o governo espera arrecadar [com o novo PIS/Cofins] sobre o etanol, pode não chegar, já que existe a possibilidade de novo crescimento das distribuidoras que não cumprem a lei", completou.

Empresas sonegadas tiveram grande participação no mercado de etanol no início da década passada: quando a mudança na tributação foi definida, em janeiro de 2008, o mercado estimava que cerca de 25% das vendas eram feitas sem o recolhimento de PIS/Cofins.

O consultor Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), acrescenta que, além do risco de aumento da sonegação, a alta do imposto sobre o etanol reduz a competitividade do biocombustível em comparação à gasolina.

"O aumento de tributo sobre o etanol representa apenas 10% da arrecadação adicional esperada pelo governo. Não justifica a perda de competitividade do combustível. Parece que foi uma decisão tomada por quem não entende nada do mercado de etanol", comentou.

Ele avalia, porém, que o momento é propício para aumentar os impostos na gasolina, já que os preços estão baixos no mercado internacional e não há perspectivas de alta no curto prazo.

Mas, na sua opinião, a alta deveria ser feita por meio da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), instituída para funcionar como uma espécie de colchão sobre os preços dos combustíveis, com alíquotas maiores quando os preços estão baixos e vice-versa.

### **Alta nos combustíveis é efeito do enfraquecimento político de Temer**

21/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A demora na recuperação da atividade econômica também não ajudou, mas a decisão do governo de aumentar tributos sobre combustíveis é principalmente um efeito da crise política.

Nos dois meses desde que foram reveladas as delações da JBS, Michel Temer gastou boa parte de sua força no Congresso para simplesmente sobreviver. Restou pouco capital político para convencer os parlamentares a aprovar medidas que aumentariam as receitas e equilibrariam as contas do governo.

Enfraquecido, o presidente viu congressistas praticamente inviabilizarem uma arrecadação estimada em R\$ 18 bilhões neste ano —mais que suficiente para cobrir o valor que entrará nos cofres públicos com o pesado aumento de tributos sobre combustíveis.

Faltou poder ao governo para convencer um parlamentar do PMDB, partido do presidente, a manter o texto do programa de renegociação de dívidas tributárias, o Refis.

Ignorando o Planalto, o relator Newton Cardoso Jr. (MG) mudou as regras para beneficiar devedores e reduziu a previsão de receitas de R\$ 13,3 bilhões para pouco mais de R\$ 400 milhões.

O presidente também ficou sem força para empurrar pelo Congresso a medida que previa o fim da desoneração da folha de pagamento de cerca de 50 setores. Queria arrecadar R\$ 4,8 bilhões neste ano, mas os parlamentares decidiram fazer o governo esperar até 2018.

Temer e seus ministros se vangloriavam de ter um apoio massivo no Congresso. Elaboraram uma agenda de reformas fiscais duras, desenhada a partir da esperada fidelidade dessa base aliada. A turbulência provocada pelas acusações de corrupção contra o presidente mudou as expectativas do Planalto.

Nas últimas semanas, quando o governo contava centavos para fechar as contas, nem passou pela cabeça dos ministros de Temer buscar medidas que dependessem do Congresso.

A decisão de aumentar tributos sobre combustíveis foi a solução: feita por decreto, não precisa de aval dos parlamentares.

O presidente ainda parece acumular força suficiente para sobreviver à votação no plenário da Câmara da denúncia por corrupção apresentada contra ele, mas o custo é alto. Inclui R\$ 1 bilhão em emendas liberadas neste momento de contas apertadas.

Preocupado em se salvar, Temer gasta quase todo o poder político que ainda detém. Sobra pouco para tocar a agenda do "presidente reformista" que almejava ser.

### **Prefeitos criticam e pedem revisão da alta do tributo sobre combustíveis**

21/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Prefeitos criticam e pedem revisão da alta do tributo sobre combustíveis

A FNP (Frente Nacional de Prefeitos) criticou nesta quinta-feira (20) a decisão do governo Michel Temer de aumentar o imposto sobre os combustíveis para tentar resolver o rombo nas contas públicas.

A entidade divulgará uma nota em que se diz "surpresa" e "descontente" com o anúncio da equipe econômica de Temer e pedirá que o governo reconsidere a medida que dobra o PIS/Cofins que incide sobre a gasolina, de R\$ 0,38 para R\$ 0,79 o litro.

Com isso, o litro do combustível poderá ficar até R\$ 0,41 mais caro nas bombas.

Segundo os prefeitos, era preciso adotar uma solução que contemplasse não apenas o governo federal, mas também Estados e municípios que, afirmam, também são atingidos pela crise econômica.

De acordo com o texto ao qual a Folha teve acesso, os prefeitos dirão que fizeram propostas alternativas aos ministérios da Fazenda e Planejamento, como a implantação da Cide municipal como alternativa para baratear o valor das tarifas dos transportes públicos.

No entanto, argumentam, o "governo federal tem colocado obstáculos, mesmo com os estudos técnicos apontando que a proposta é deflacionária, já que um eventual aumento nos combustíveis seria contraposto por uma diminuição ainda maior nas tarifas de transporte coletivo".

A equipe de Temer estudou também um aumento da Cide, mas a proposta perdeu força exatamente porque seria necessário dividir o bolo entre Estados e municípios.

"Se o problema é de todos, as soluções também deveriam ser. Por isso os prefeitos pedem reconsideração em relação a essas medidas", completa a nota da FNP.

Confira a íntegra da nota:

"A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) manifesta surpresa com a decisão do governo federal de aumentar tributos sobre os combustíveis por meio de receitas não partilháveis com estados e municípios. A crise econômica afeta gravemente todos os entes federados e as soluções deveriam contemplar esse cenário.

Há mais de um ano a FNP defendeu, para a equipe econômica do governo, a implantação da Cide municipal como alternativa para baratear o valor das tarifas de

transporte público. No entanto, o governo federal tem colocado obstáculos, mesmo com os estudos técnicos apontando que a proposta é deflacionária, já que um eventual aumento nos combustíveis seria contraposto por uma diminuição ainda maior nas tarifas de transporte coletivo.

Assim, a FNP registra sua posição de descontentamento com a postura do governo de cobrir o rombo federal sem contemplar os demais entes federados. Se o problema é de todos, as soluções também deveriam ser. Por isso os prefeitos pedem reconsideração em relação a essas medidas."

### **'População vai entender', diz Temer sobre aumento de impostos**

21/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O presidente Michel Temer disse na noite desta quinta-feira (20), ao chegar a Mendoza (Argentina) para a 50ª Cúpula do Mercosul, que "a população brasileira irá compreender" o aumento dos impostos cobrados sobre os combustíveis, "porque este é um governo que não mente, que não dá dados falsos".

O presidente justificou o aumento dizendo que seu governo vem buscando "manter a responsabilidade fiscal, com a determinação de dizer claramente o que está acontecendo."

O presidente lembrou que seu governo havia cogitado o retorno da CPMF, "era algo que estava no horizonte e acabamos não levando adiante essa matéria. Mas agora levamos, enfim, a um pequeno aumento, que diz respeito apenas aos combustíveis".

O governo dobrou as alíquotas de PIS e Cofins da gasolina e elevou em 86% a do diesel. O resultado é que, a partir desta sexta (21), o litro da gasolina poderá sofrer reajuste de até R\$ 0,41, e o do diesel, de R\$ 0,21. No etanol, a alta poderá chegar a R\$ 0,20.

O governo espera arrecadar R\$ 10,4 bilhões até o final deste ano com a medida. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que o aumento de tributos era a única saída neste momento para elevar as receitas do governo, que vêm diminuindo com a recessão.

Segundo o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, "tudo o que fazemos é para beneficiar o bolso do cidadão. Ganhando mais, com emprego e com menos inflação". "A inflação está reagindo bem, está caindo bastante. O momento em que se poderia fazer esta medida era agora, quando há espaço ainda na inflação, com previsão de ficar abaixo da meta", disse o ministro em Mendoza.

Economistas preveem que a elevação das alíquotas de PIS/Cofins sobre combustíveis deve adicionar entre 0,5 ponto e 0,6 ponto percentual à inflação de 2017.

No acumulado em 12 meses até junho, a inflação ficou em 3%, abaixo da meta oficial do governo, de 4,5%. Desde abril deste ano que o índice acumulado vem mais baixo do que a meta -algo que não ocorria desde agosto de 2010 e o mais baixo desde março de 2007, quando o indicador foi de 2,96%.

Além do aumento de impostos, o governo congelou mais R\$ 5,9 bilhões em despesas, aprofundando o arrocho na máquina pública e pondo em risco a continuidade de serviços no próximo mês.

Em março, a equipe econômica já tinha bloqueado R\$ 42 bilhões do Orçamento, mas pouco depois foi preciso liberar R\$ 3 bilhões para gastos obrigatórios com saúde.

Em busca de apoio no Congresso para barrar a denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público contra ele, o presidente Michel Temer também liberou R\$ 1 bilhão para projetos patrocinados por parlamentares em suas bases eleitorais.

### O IMPACTO NA BOMBA

Quanto vai custar abastecer se todo o aumento do tributo for repassado ao consumidor

	Gasolina	Álcool	Diesel S10
<b>O litro, em R\$*</b>			
Quanto é hoje	3,485	2,423	3,072
Quanto será	3,895	2,623	3,282
<b>Um tanque de 50 litros, em R\$*</b>			
Quanto é hoje	174,25	121,15	153,6
Quanto será	194,8	131,15	164,1
Aumento	+11,8%	+8,2%	+6,8%

\* Preços médio do país na bomba, segundo pesquisa da ANP entre os dias 9.jul e 15.jul

O IMPACTO NA BOMBA Quanto vai custar abastecer se todo o aumento do tributo for repassado ao consumidor.

### Alta no imposto de combustível deve ter impacto de até 0,6 ponto no IPCA

21/07/2017 – Fonte: A Folha de S. Paulo



Caminhão abastece posto com gasolina em Ribeirão Preto (SP)

A elevação das alíquotas de PIS/Cofins sobre combustíveis deve adicionar entre 0,5 ponto e 0,6 ponto percentual à inflação de 2017, de acordo com economistas.

A gasolina responderá por quase a totalidade dessa alta, em especial pelo seu peso no IPCA.

Tendo como ponto de partida a mediana das projeções para a inflação reunidas Boletim Focus, do Banco Central, em 3,29%, é possível dizer que os preços fecharão 2017 próximos de 4%.

Dessa forma, a alta dos tributos neste ano afasta a hipótese de a inflação encerrar 2017 abaixo do piso fixado para a meta, de 3%, como já sinalizavam algumas previsões.

Além disso, evita pressão adicional sobre os preços no próximo ano, pois a medida, dizem economistas, teria de ser inevitavelmente adotada.

O movimento já era esperado pelo mercado, mas não na intensidade anunciada. O que ilustra, dizem economistas, o quanto o governo precisa reanimar a arrecadação e fechar suas contas.

O anúncio de alta dos tributos foi feito no dia em que a prévia da inflação de julho caiu para 2,8% em 12 meses, abaixo do piso da meta.

Economistas dizem, porém, que os efeitos da alta dos tributos são mais amplos. O diesel mais caro, por exemplo, pode elevar o custo do frete e do transporte público.

Flavia Serrano, do Haitong, espera impacto conjunto da elevação de tributos sobre gasolina, diesel e etanol de 0,50 ponto sobre a inflação.

A inflação esperada para o ano (+3,6%) já incorporava certo aumento dos tributos. Mas, como a alta veio mais forte do que o esperado, os preços devem subir 3,8% no ano.

Márcio Milan, da Tendências, estima efeito de 0,63 ponto sobre os preços, o que também levará a um IPCA de 3,8%.

Para Leonardo Costa, da Rosenberg, o impacto será de 0,5 ponto. Com isso, a projeção para o IPCA do ano muda de alta de 3% para 3,5%.

### **Com reforma, trabalhador pode ter que pagar custos de processos atuais**

21/07/2017 – Fonte: A Folha de S. Paulo

Divulgação/Divulgação



Sede do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília

Os trabalhadores que hoje têm processos na Justiça contra empregadores podem ter que pagar as custas da causa e os honorários do advogado da empresa caso percam total ou parcialmente a ação.

A nova regra foi estabelecida pela reforma trabalhista e entrará em vigor em novembro, mas pode ser aplicada pelos juízes nas sentenças relativas aos casos que tramitam atualmente, afirmam o governo, o Ministério Público e a principal associação da magistratura do trabalho.

A Justiça do Trabalho tem 2,4 milhões de processos ainda não julgados, dos quais 1,9 milhão estão na primeira instância. As pessoas envolvidas nessas ações dependerão da decisão do juiz para saber se terão custos extras.

"Estará na mão do juiz. A ação estando em curso, ele a princípio deverá aplicar a lei. Mas é a autonomia dele de como aplicar", afirmou Admilson Moreira, assessor especial do Ministério do Trabalho.

De acordo com as regras atuais, os trabalhadores não pagam despesas processuais e tampouco honorários dos advogados dos empregadores.

O presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), Guilherme Feliciano, concorda. Segundo ele, a cobrança desses novos custos "vai depender da cabeça e do entendimento de cada juiz".

Na opinião de Feliciano, seria "extremamente injusta" a cobrança de novos custos nos processos em andamento. "Quem ingressou com a ação nem sequer imaginava essa novidade", disse. "Eu diria que resta às pessoas confiarem no juiz do trabalho e na interpretação que fará disso."

## **MUDANÇAS**

Com a reforma, só poderá pedir o benefício da Justiça gratuita e se livrar do pagamento das custas do processo quem tiver salário equivalente a no máximo 40% do teto do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), o que hoje corresponde a R\$ 2.212.

Mesmo quem tiver direito a Justiça gratuita, entretanto, terá que pagar o valor da perícia, se for necessária. A realização de perícia é obrigatória, por exemplo, quando um trabalhador alega que adquiriu uma doença por causa do trabalho. O custo de uma perícia médica em São Paulo hoje fica em torno de R\$ 5.000, segundo Feliciano.

O trabalhador também pode ficar responsável pelos chamados honorários de sucumbência, o valor pago pela parte que perde a ação ao advogado de quem vencer.

O MPT (Ministério Público do Trabalho) entende que essas mudanças são inconstitucionais e vai trabalhar para derrubá-las no STF (Supremo Tribunal Federal).

"A reforma veio com o argumento de reduzir insegurança jurídica e reduzir o número de ações trabalhistas, mas é recheada de normas de aplicação que suscitam dúvidas quanto à constitucionalidade", disse o procurador do Trabalho Rafael Marques.

Essa mudança relativa aos custos da ação é o que os especialistas chamam de mudança "processual". Esse tipo de alteração na lei deve ter aplicação imediata, de acordo com o MPT e a Anamatra.

Há um entendimento, no entanto, de que as leis processuais com "efeitos materiais" podem ter um tratamento diferente. "É isso que será objeto de discussão nos vários juízos trabalhistas", afirmou o juiz Feliciano.

A reforma trabalhista, que altera mais de cem pontos da atual lei, foi sancionada pelo presidente Michel Temer na semana passada.

O governo defende as mudanças argumentando que elas vão modernizar o mercado de trabalho e impulsionar a criação de empregos formais no país. Para os críticos da reforma, as novas regras precarizam as relações de trabalho.

## **Governo e centrais acertam contribuição não obrigatória para financiar sindicatos**

21/07/2017 – Fonte: Portal Contábil SC



O governo acertou com os representantes das centrais sindicais a regulamentação de uma contribuição por negociação coletiva para substituir o imposto sindical obrigatório, derrubado na reforma trabalhista, e deve ser incluída na medida provisória que o governo enviará ao Congresso para refazer pontos polêmicos das mudanças aprovadas pelos parlamentares.

O acordo, que vinha sendo negociado entre as centrais e o governo, terá que passar pela Câmara dos Deputados, que até agora mostrou pouca vontade em recuperar o financiamento sindical. No entanto, em reunião na quinta-feira, 20, com as centrais, o presidente Michel Temer teria se comprometido com a proposta, disse o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna.

“O que o presidente nos disse foi: ‘Quero ser o porta-voz dessa argumentação. Vamos construir juntos a forma jurídica para esse assunto, vocês, nós e o Congresso Nacional’”, disse Juruna ao sair do encontro com Temer.

A fórmula acordada com o governo é similar à chamada contribuição assistencial -um valor acertado nas assembleias por conta da negociação anual dos dissídios, a ser pago por todos os trabalhadores beneficiados. A contribuição existe hoje e é responsável, segundo Juruna, por 70% do financiamento dos sindicatos.

No entanto, no início deste ano o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que essa cobrança só poderia ser feita de trabalhadores sindicalizados, e não de todos os atingidos pelo dissídio.

“A ideia é que a contribuição de negociação coletiva se decida na data-base, com o valor e forma de pagamento nas assembleias e como todos são beneficiados, todos contribuiriam”, disse Juruna.

O imposto sindical extinto pela Câmara na reforma trabalhista era obrigatório. Todos os anos, um dia de salário de todos os trabalhadores que possuem carteira assinada no país é repassado aos sindicatos.

A nova fórmula, diz Juruna, vai ajudar também a depurar o atual sistema. “Existem 3 mil sindicatos no Brasil que há pelo menos dois anos não fazem uma convenção coletiva, mas recebem imposto obrigatório”, disse o sindicalista.

O financiamento dos sindicatos não está na minuta de MP acordada entre o governo e o Senado e apresentada pelo líder do governo na Casa, Romero Jucá (PMDB-RR). À época, o senador afirmou que essa questão não estava prevista no acordo com os senadores, por isso não estava na minuta, mas poderia ser negociada.

A MP inclui mudanças na questão do trabalho intermitente, a proibição de gestantes trabalharem em locais insalubres mesmo com atestado médico e a normatização de regime de trabalho de 12 horas corridas por 36 de descanso, entre outros pontos.

“Essas outras questões já estavam acordadas e estão fechadas”, disse Juruna.

### **Temer acena com contribuição de negociação coletiva para sindicatos, diz Força**

21/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente Michel Temer indicou a sindicalistas que apoia a adoção de uma nova “contribuição por negociação coletiva” a ser paga pelos empregados no lugar do atual imposto sindical derrubado pela reforma trabalhista.

A nova forma de financiamento dos sindicatos não será imposta aos trabalhadores, mas a tendência é que seja paga por todos que se beneficiem dos acordos coletivos. Sindicatos debaterão detalhes do novo modelo nas próximas semanas.

Após reunião com o presidente Michel Temer nesta quinta-feira, 20, o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, demonstrou satisfação com o sinal de apoio do governo à adoção de uma nova contribuição não obrigatória para os trabalhadores.



“Já que a ideia é fortalecer a negociação coletiva, tratamos de uma contribuição por negociação coletiva. Ela não será obrigatória e terá as condições decididas em assembleia entre os sindicalizados e não sindicalizados”, disse o representante da Força. No novo modelo, trabalhadores sindicalizados ou não serão convocados para as assembleias que decidem, por exemplo, o reajuste anual de salários. Nessa reunião, também será debatida a própria forma de contribuição ao sindicato que lidera essa negociação.

Um dos modelos citados pelos sindicalistas é a antiga contribuição assistencial – derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para não sindicalizados – que poderia retirar entre 6% e 8% de um salário mensal em troca do suporte dado pelo sindicato ao trabalhador.

O novo modelo será tema de debate entre várias centrais sindicais na próxima semana em São Paulo. Gonçalves disse que o presidente Michel Temer também reafirmou a promessa de que editará medida provisória para ajustar alguns pontos da reforma trabalhista.

Entre os itens a serem alterados, Temer citou o contrato intermitente, trabalho insalubre para grávidas e lactantes, jornada de 12 x 36h, presença do sindicato na homologação da saída do empregado – além de salvaguardas ao trabalho terceirizado e autônomo.

O secretário da Força disse que o governo e as próprias entidades sindicais não têm pressa na edição da MP que ajustará a reforma trabalhista e regulamentará a nova contribuição. “A reforma só vale a partir de novembro. Então, temos tempo e vai dar para costurar com o Congresso essas mudanças. Não é necessária tanta pressa”, avaliou.

### **Com sinal verde para 'contribuição negocial', sindicatos iniciam debate**

21/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Diante do sinal de apoio do governo à nova “contribuição por negociação coletiva”, sindicalistas já começam a discutir como serão realizadas as assembleias que debaterão, entre muitos temas, a própria remuneração a ser paga pelos trabalhadores aos sindicatos.

Entre os pontos polêmicos, está a regra do quórum mínimo nessas reuniões para que a decisão do grupo seja legítima e não venha a ser questionada pelos demais trabalhadores.

O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, defende que o quórum nessas reuniões seja suficiente “para que a convenção seja democrática”. O sindicalista, porém, não detalhou qual número a entidade defende.

Há, ainda, debate sobre como e onde podem acontecer essas reuniões. Atualmente, as assembleias acontecem fora do local de trabalho, o que resulta normalmente em baixa adesão dos trabalhadores.

Sindicalistas querem aumentar a participação dos trabalhadores nessas entidades e até alternativas como o voto por meios eletrônicos é cogitada por algumas organizações. O tema será debatido por várias centrais sindicais que passarão a se reunir a partir da próxima semana para fechar uma proposta para o governo.

### **CSB não participará de reunião de Temer sobre reforma trabalhista**

21/07/2017 – Fonte: Tribuna PR (Postado em 20-07-2017)

A Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), em nota oficial, anunciou que não participará do encontro das centrais sindicais com o presidente Michel Temer, marcado para às 14h desta quinta-feira, 20, no Palácio do Planalto, com a presença de Ronaldo Nogueira, ministro do Trabalho. Além da CSB, CUT e Nova Central Sindical também não participarão do encontro.

A reunião foi marcada como parte do acordo da reforma trabalhista, já sancionada por Temer. Aprovada a reforma, conforme acerto entre presidente e centrais sindicais, o governo irá discutir uma medida provisória (MP) para cobrir brechas da legislação negociada com os trabalhadores.

Um dos problemas da negociação é a cobrança do imposto sindical obrigatório, derrubado pelo texto, mas que fazia parte do pleito das centrais para não bombardear a reforma e o governo prometeu discutir uma solução paliativa. Pela reforma aprovada, o imposto sindical cobrado anualmente dos trabalhadores com carteira assinada não será descontado do salário em 2018, conforme tinha informado o Ministério do Trabalho.

O entendimento do Ministério do Trabalho enterra a possibilidade mencionada por alguns sindicalistas de que poderia haver, em 2018, cobrança do imposto sindical proporcional aos meses em que vigorou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) neste ano. Este deve ser um dos principais pontos de discussão do encontro.

Ao criticar a ideia da MP pelo governo, o presidente da CSB, Antonio Neto, diz, em nota que o novo texto "visa, exclusivamente, sanar as lacunas restantes para ampliar a exploração e a implementação imediata da supressão dos direitos trabalhistas, atendendo apenas ao patronato que não ficou satisfeito com a redução dos direitos implantada pela Lei 13.467".

O presidente da CSB afirma ainda que, com a nova legislação, "o governo federal patrocinou o maior desmantelamento da estrutura de proteção aos direitos trabalhistas da história" e que "a negociação coletiva foi desestruturada e enfraquecida com a liberação de "acordos" individuais, fato que jogará o País num processo de instabilidade jurídica e de criação de passivos trabalhistas gigantescos".

### **Artigo: Reforma Trabalhista: ajuste com mais emprego e menos salário**

21/07/2017 – Fonte: O Estado de S. Paulo

#### ***A reforma pode aumentar a produtividade ao baratear o custo do trabalho no Brasil***

Eu li outro dia uma frase em uma rede social que dizia que o "brasileiro prefere ter direitos do que ter emprego". A frase é mais consistente com o discurso dos que se auto intitulam defensores dos direitos dos trabalhadores do que sobre a intenção da população brasileira, que na verdade deve ser a favor da nova legislação.

Por não terem sido necessárias mudanças na Constituição, a aprovação da reforma foi facilitada, mas isso não reduz a sua importância. A maioria das alterações tentam apenas adequar a legislação às novas práticas, pois, a CLT tem cerca de 70 anos e é de inspiração fascista, sendo apenas jogo de cena a retórica inflamada das esquerdas.

Acabou aquela conversa de que o trabalhador é um coitado indefeso e o patrão um capitalista sanguinário, portanto eles precisam dos sindicatos e de um Estado paternalista para protegê-los.

Especialistas na área de crescimento econômico têm exaustivamente nos alertado que a produtividade da economia brasileira entrou em colapso há algum tempo, limitando o crescimento da economia e ainda pior, dificultando o fim da recessão.

Essa reforma pode atacar esse ponto ao baratear o custo do trabalho no Brasil e, conjuntamente com a terceirização, tornar o produto brasileiro competitivo em relação ao resto do mundo. É demasiado caro empregar no Brasil, pois ao se incluir os embargos trabalhistas como FGTS, férias, e outros, o custo por trabalhador é mais de duas vezes o total pago de salários.

Quase todos os pontos da reforma tentam tornar o mercado de trabalho mais flexível e diminuir também a judicialização das relações trabalhistas.

A parcela do trabalho na renda está bastante elevada, diminuindo o do lucro das empresas e que é razão é fonte para novos investimentos. A supremacia do negociado sobre o legislado e as novas regras para trabalhos intermitentes ou jornadas parciais podem parecer desumanas, mas, na verdade, facilitam a contratação.

Numa comparação internacional é possível constatar que países anglo-saxões que têm a legislação trabalhista mais flexível se recuperaram bem mais rapidamente da crise de 2008.

O desemprego nos Estados Unidos já está há algum tempo no mesmo nível ou até abaixo do verificado no pré-crise, uma situação bem diferente da que se vê na Europa Latina. No Brasil, o topo do desemprego deve ser atingido no 3º trimestre desse ano e esperamos que a mudança na legislação nos ajude a ter uma recuperação mais rápida do mercado de trabalho.

Numa análise mais técnica, podemos discutir que o salário de reserva, aquele que torna o trabalhar indiferente em trabalhar ou não, estava muito elevado no Brasil, dado a generosidade dos programas sociais, diminuindo assim a oferta de trabalho.

Essa legislação não só o abaixa o salário de reserva como também tenta diminuir o poder dos sindicatos ao incentivar as negociações e acabar com o imposto sindical obrigatório, visando mudar o novo equilíbrio no mercado de trabalho para um ponto com mais emprego, mas também com menor salário real.

Isso nos remete a outro ponto relevante, que é o ajuste que sendo feito no Brasil está afetando mais o emprego do que os salários.

Recentemente, mesmo com 14 milhões de desempregados, o rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos alcançou R\$ 2.110 nos três primeiros meses de 2017, alta de 2,5% em relação ao primeiro trimestre do ano passado (R\$ 2.059).

Já, a população ocupada diminuiu em 1,692 milhão (-1,9%) para 88,9 milhões de pessoas, ante o trimestre inicial de 2016, de acordo com o IBGE. Se o ajuste tivesse sendo feito preponderantemente pelos salários, ele seria mais rápido e menos doloroso.

De qualquer maneira é importante comemorar a aprovação da reforma trabalhista pelo governo Temer, que pode no médio prazo aumentar o emprego e a produtividade na economia, mas não resolve diretamente o calcanhar de Aquiles da economia que é a fragilidade fiscal.

Portanto ainda aguardamos com ansiedade a reforma da previdência e uma outra série de medidas adicionais como o fim do abono, redução dos subsídios, e a nova lei do mínimo que atacam o descontrole dos gastos públicos.

(Marcelo Kfoury Muinhos - Professor de economia da FGV-EESP e coordenador do centro Macro Brasil da FGV-EESP).

21/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

***MP que permitiu ao Banco Central fechar acordos de leniência sem aval do Ministério Público é questionada no STF. Medida ocorre no momento em que a Lava Jato se aproxima dos grandes bancos***



Marcelo Andrade/Gazeta do Povo

Com a publicação de uma medida provisória (MP), o Banco Central passou a poder firmar acordos de leniência diretamente com instituições financeiras que confessarem infrações, tirando essa prerrogativa de outras entidades como o Ministério Público e, o pior, mantendo sigilo aos termos e partes dos acordos.

As novas regras para assinatura de acordos de leniência previstas na MP 784, publicada em 7 de junho, são alvo de críticas de procuradores e da oposição ao governo, e deverão ser analisadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A mudança das regras de acordos de leniência para os bancos que admitirem atos ilícitos foi questionada desde o momento em que foi publicada pelo governo federal. Com as delações de Antonio Palocci (ex-ministro da Fazenda) e Lúcio Funaro (apontado como operador do ex-deputado Eduardo Cunha, que tinha trânsito na diretoria da Caixa Econômica Federal) em fase final de negociação, crescem as chances de que os bancos sejam investigados.

O PSB entrou com uma ação de inconstitucionalidade no STF para questionar a validade da MP, que ainda não teve a tramitação iniciada, mas já tem vigência de lei. O partido questiona a necessidade de que tal medida fosse feita com urgência – uma das características das MPs, e também as razões para que o Banco Central realize os acordos em sigilo.

“A norma editada às pressas assume o contorno de artifício político arquitetado por pessoas e instituições envolvidas em esquemas de corrupção e atos ilícitos, como um instrumento de defesa prévia para se resguardarem de futuros procedimentos fiscalizatórios”, afirmam os advogados, na ação.

Em pelo menos três artigos, a MP prevê sigilo absoluto dos termos de compromisso e acordos de leniência celebrados, e também a não confissão dos ilícitos praticados pelos infratores. Isso viola princípios da transparência, moralidade e eficiência Administração Pública, na visão do PSB.

“A MP autoriza o Banco Central a fazer a leniência sem a devida transparência e sem sabermos a quem beneficia. Há aqodamento e casuísmo total para proteger os bancos. O governo propõe de um lado reduzir direitos dos trabalhadores e por outro lado favorece os ricos, com repatriação, e os bancos, com acordos de leniência”, afirmou o presidente do PSB, Carlos Siqueira.

As multas que poderão ser aplicadas pelo BC e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foram aumentadas pela medida provisória, passando de R\$ 500 mil para R\$ 500 milhões no caso da CVM e de R\$ 250 mil para R\$ 2 bilhões no caso do BC. Além

disso, apenas casos de infrações administrativas poderão ser abordadas, ou seja, o banco não fica livre de ser processado, na esfera criminal, pelo Ministério Público.

Mesmo assim, o momento em que a medida provisória foi publicada chamou atenção.

O procurador regional da República Carlos Fernando dos Santos Lima, membro da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, criticou a edição da MP. "A medida provisória foi editada em meio aos desdobramentos da Lava Jato que parecem chegar mais perto do mundo econômico", disse.

Quando a MP foi publicada, o BC se defendeu, e afirmou que a nova regra tem o objetivo de "estabelecer diálogo sobre o tema, com vistas em eventual aprimoramento da redação da MP 784, em especial quanto a aspectos de natureza penal".

"As duas instituições, considerando a necessidade e a relevância de atuação no âmbito de suas respectivas órbitas de competência, concluíram que, nos casos que envolvam a apuração simultânea de ilícitos administrativos e penais, haja coordenação entre os órgãos, conforme modificação a ser refletida em emenda a ser proposta à atual redação da MP 784", afirmou a autoridade monetária, em nota.

O texto da MP ainda aguarda análise no Congresso. O prazo final para votação é 20 de agosto deste ano. Ainda não foi instalada a comissão que iniciará sua tramitação, no Senado.

### **Proposta de reforma no setor elétrico deve ir ao Congresso em setembro, diz governo**

21/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



As propostas para uma reforma na regulação do setor elétrico devem ser enviadas para o Congresso Nacional em setembro, disse o governo nesta quinta-feira (20).

O Ministério de Minas e Energia colocou em consulta pública uma série de propostas de alterações na regulamentação, com prazo para contribuições até o início de agosto, em um prazo que não deverá ser ampliado.

"Até o momento não vemos necessidade de adiamento de prazo... A ideia é que as etapas estejam todas concluídas no início de 2018, também com ampla participação da sociedade na elaboração dos regulamentos", afirma um documento com respostas sobre as medidas publicado na página do ministério na internet.

O governo também defendeu que as mudanças não visam beneficiar nenhuma classe específica de agentes do setor ou de investidores.

"As medidas... constituem em um pacote integrado de medidas que, em conjunto, vai restaurar a lógica econômica, premiar aquele que é o melhor —e não valorizar aquele que ganhou o melhor subsídio."

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, as mudanças também devem possibilitar o surgimento de novos mecanismos de financiamento aos

empreendimentos do setor elétrico, por meio de alternativas tanto nacionais quanto internacionais.

"O modelo atual de financiamento via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está esgotado", defendeu a pasta.

### **Nova taxa do BNDES será mais baixa que a de mercado, diz governo**

21/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Nova taxa de juros do BNDES, que deve ser adotada a partir de janeiro de 2018, causa polêmica

A nova taxa de juros do BNDES, conforme proposta da área econômica do governo, deverá ser mais baixa para os tomadores de crédito do que as linhas oferecidas pelo mercado.

Em nota técnica enviada ao relator da proposta no Congresso, deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), a equipe econômica afirma que a nova taxa ainda embutirá benefício às empresas que acessarem empréstimos no BNDES. Isso porque será corrigida segundo a taxa que é piso para os juros no mercado, a taxa que financia o governo.

"Os empréstimos remunerados à TLP conterão significativo benefício aos tomadores, permitindo que eles se financiem a taxas próximas àquelas em que o próprio governo consegue se financiar", afirma a nota.

O governo está propondo trocar a atual TJLP pela TLP (taxa de longo prazo) para os novos empréstimos do banco a partir de janeiro de 2018.

O principal benefício da mudança é a redução dos subsídios, pouco transparentes, na oferta de crédito mais barato a grandes empresas que recorrem ao BNDES.

A TJLP está hoje em 7% ao ano, abaixo da taxa pela qual o governo se financia – a Selic está em 10,25% ao ano. A diferença é bancada pelo Tesouro Nacional e pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Pela proposta, a nova taxa de juros do BNDES seguirá a NTN-B, um dos títulos públicos pelos quais o governo se financia, e que tem oscilação prefixada, descontada a inflação. A ideia é que o empréstimo tenha como referência a cotação média em três meses das NTNs com vencimento de cinco anos.

Dessa forma, embora seja mais elevada do que a atual TJLP, a nova taxa será mais barata do que as praticadas no mercado livre de crédito.

Na nota técnica, a equipe econômica pondera que, se for necessário, o governo pode propor uma taxa mais baixa, mas terá que aprovar o benefício no Congresso Nacional.

O documento é assinado pelos ministros Henrique Meirelles (Fazenda), Dyogo Oliveira (Planejamento) e pelos presidentes do Banco Central, Ilan Goldfajn, e do BNDES, Paulo Rabello de Castro.

## MUDANÇA

Indiretamente, a nota técnica derruba uma das sugestões propostas pela indústria para a nova taxa. Insatisfeitos com a mudança, setores empresariais tentam atrelar a nova taxa à meta de inflação, mais baixa.

A nota da equipe econômica afirma que, de acordo com lei de 2001, a TJLP já teria que seguir a meta de inflação.

Porém, por falta de títulos públicos com prazos mais longos, "optou-se não por uma fórmula de cálculo objetiva, mas por parâmetros baseados em percepção subjetiva". A taxa é fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), formado pelos ministros da Fazenda, Planejamento e pelo presidente do BC.

Para entrar em vigor, a TLP precisa de aprovação do Congresso Nacional. A medida provisória que a criou vence em setembro.

## Carro elétrico pode ampliar busca por minérios brasileiros

21/07/2017 – Fonte: Folha de S.Paulo

A produção de carros elétricos deverá aumentar a demanda por minérios, mas, se não forem descobertas reservas com perfil diferente das atuais, o Brasil não vai se beneficiar disso, segundo o CPRM (serviço geológico).

Os dois metais favorecidos pela fabricação de baterias são lítio e cobalto, segundo relatório do Bank of America Merrill Lynch.

O Brasil tem reservas de lítio, mas é de um tipo cuja aplicação em baterias é menos indicada —serve mais para graxas, afirma Marco Tulio Naves, chefe do departamento de relações institucionais do CPRM.

"É possível usar nosso mineral em baterias de carros elétricos? Talvez, se houver desenvolvimento tecnológico, mas, hoje, não."

A Associação Brasileira para o Desenvolvimento Industrial tenta reunir diferentes setores para criar condições para aprimorar a tecnologia, diz Miguel Nery, diretor da entidade.

"Buscamos juntar companhias nacionais de mineração com as de baterias que possam ter interesse em fazer joint-ventures."

O cobalto é um subproduto do níquel. O Brasil parou de produzi-lo porque, hoje, os preços estão baixos.

### QUEM SE BENEFICIA

Produção de carros elétricos e demanda por metais

Projeção de vendas de carros, em milhões

Previsão de crescimento, em %\*



\*Com 2016 como base Fonte: Bank of America Merrill Lynch

## Nas grandes cidades a prioridade é o tempo, não o carro

21/07/2017 – Fonte: Automotive Business



Mobilidade urbana é cada vez mais multimodal. Secretário de Transportes de São Paulo defende modelo multimodal ainda que continue como um sonho de consumo no Brasil, o carro está perdendo o apelo com o consumidor, que não quer ficar longas horas desconectado e preso no trânsito.

A conclusão é de representantes de empresas como 99, Uber, Moovit, Pegcar (plataforma em que os proprietários oferecem seus veículos para alugar) e Tembici (empresa de compartilhamento de bicicletas que gerencia o sistema de bikes do Itaú).

Eles participaram do Fórum Mobilidade promovido pelas revistas Quatro Rodas e Superinteressante na quinta-feira, 20, em São Paulo. “Entre ter o carro por status ou ganhar tempo ao se deslocar de outra forma, as pessoas tendem a ficar com a segunda opção”, acredita Matheus Moraes, diretor de política e comunicação da 99.

Sérgio Avelleda, secretário de transporte da cidade de São Paulo, concorda: os jovens não querem tirar os olhos do celular nem por um momento para conduzir um carro.” Para Tomás Martins, da Tembici, a situação é bastante clara.

Segundo ele, “ter carro não é mais interessante, não é fácil. É por isso que jovens não querem”, resume. Segundo eles, o melhor caminho é a multimodalidade ao combinar caminhadas, bicicletas, transporte público, carros compartilhados, carona solidária e, claro, o veículo particular – provavelmente em proporção menor.

Para Moraes, o compartilhamento de veículos faz com que os automóveis sejam usados com mais eficiência, melhorando a vergonhosa taxa média de 95% de ociosidade dos carros. “Você tem uma utilização melhor e reduz a necessidade de estacionar, já que o veículo fica em circulação a maior parte do dia.”

### **NOVOS MODELOS DE NEGÓCIO**

A Moovit lançou recentemente no Brasil uma ferramenta de carona solidária, que ajuda pessoas sem carro a encontrar condutores que costumam ter deslocamento diário semelhante. Neste caso, o dono do carro dá carona e recebe apenas um valor equivalente às despesas com combustível, por exemplo. “Assim podemos melhorar a média de apenas 1,2 pessoa por carro em circulação em São Paulo”, aponta Pedro Palhares, diretor da empresa.

Moraes, da 99, aponta que, neste contexto de mudança nos interesses do consumidor, um dos pontos importantes é ter um modelo de negócio que se adapte às rápidas transformações – desafio importante para a indústria automotiva. “Nosso modelo de negócio não é estático. Qualquer empresa que acha que não está ameaçada precisa lembrar de um passado não tão distante em que linhas telefônicas valiam milhares de reais. Olha como essa realidade mudou rápido”, reforça.

### **PRIORIDADES DIFERENTES**

Enquanto aumentam as opções de como se deslocar em grandes cidades, com crescimento na oferta de carros compartilhados e carona solidária, por exemplo, uma



conclusão ganha cada vez mais força: a mobilidade urbana precisa ser multimodal. “Sabemos que construir novas vias não resolve a questão da mobilidade. Ninguém hoje conseguiria se eleger com a promessa de um novo minhocão”, avalia Sérgio Avelleda.

Ele fala com conhecimento da causa. Já foi presidente do Metrô e da CPTM na cidade, que acumula números impressionantes: são 8,4 milhões de veículos licenciados no município, incluindo 5,9 milhões de carros e 1,2 milhão de motos. “Temos um carro para cada 1,3 habitante, um índice muito alto. Enquanto isso, contamos com 17 mil quilômetros de vias, número que não deve aumentar tão cedo”, diz, expondo o problema. Segundo ele, aumentar as avenidas só vai atrair uma nova demanda.

O único caminho, aponta, é apostar na multimodalidade, com o uso de novas soluções oferecidas por empresas como Uber e Moovit. Ele também defende o aumento da eficiência do transporte público. “Há alguns anos tínhamos 2 milhões de passageiros por dia no metrô. Hoje este número cresceu para 5 milhões só por causa da integração da tarifa com o Bilhete Único”, exemplifica.

Avalleda aponta que 31% dos deslocamentos na cidade são feitos de carro, outros 31% de transporte público e ainda 31% a pé. “Me pergunto, afinal porque o automóvel recebe toda a atenção das políticas públicas se ele não é responsável por parcela maior? Temos que dar atenção equivalente aos outros modais.”

A ciclotivista Renata Falzoni enfatizou que é essencial olhar com mais cuidado para o chamado transporte ativo, de pessoas a pé ou de bicicleta. “As cidades são pensadas de forma carrocentrada e perdemos assim o princípio da mobilidade, que é garantir o acesso universal à cidade, independentemente da classe social ou região onde a pessoa mora”, resume.

## **Jeep Compass 2018 tem reajuste médio de 2%**

21/07/2017 – Fonte: Automotive Business



O Jeep Compass chega à linha 2018 com algumas modificações e reajuste médio de 2%. A opção mais em conta, Sport flex, passou de R\$ 103.490 para R\$ 105.990. De agora em diante, todos os Compass 2.0 bicompostíveis recebem sistema Start-Stop, que desliga e religa o motor no anda-para do trânsito pesado e permite a redução de consumo em até 11%.

Outra novidade foi a entrada da versão Limited a diesel. Situada entre a Longitude e a Trailwalk, ela tem tabela de R\$ 157.990. Como estas, recebe motor 2.0 turbodiesel MultiJet II, de 170 cavalos, transmissão automática de nove marchas e tração nas quatro rodas.

De acordo com a Jeep, toda a linha 2018 passou a ter central multimídia compatível com os sistemas Android Auto e Apple Carplay. A versão Sport recebeu tela maior, agora com sete polegadas, colorida e de alta definição.

Outra mudança na Sport foi a troca do ar-condicionado convencional pelo digital com duas zonas distintas de temperatura, como no restante da linha Compass. Por fim, a versão Longitude recebeu bancos de couro.

## **Volvo, Geely e Link terão joint venture para veículos elétricos**

21/07/2017 – Fonte: Automotive Business

A Volvo Cars, a Geely Auto e a Link & Co assinaram um memorando de entendimento na quinta-feira, 20, para criar uma joint venture a fim compartilhar tecnologias existentes e futuras e aprofundar as sinergias industriais para a próxima geração de veículos elétricos.

Em comunicado, as três empresas que pertencem à Geely Holding, da China, afirmam que vão compartilhar arquitetura de veículos e tecnologias de motores por meio de acordos de licenciamentos que serão gerenciados pela nova joint venture.

Elas também vão cooperar de forma mais profunda na área de componentes, como baterias, motores elétricos e sistemas de carregamento a fim de reduzir os custos com compras.

O memorando prevê que a propriedade da nova joint venture será composta de 50%/50% pela Volvo Cars e Geely e terá sede na China e uma subsidiária em Gotemburgo, na Suécia.

“Parcerias para compartilhar know-how e tecnologias são práticas comuns na indústria automotiva e este é o modelo que estamos adotando”, disse o presidente e CEO da Volvo Cars, Håkan Samuelsson. “Esta colaboração planejada fortalecerá a capacidade da Volvo de desenvolver a próxima geração de carros elétricos.”

“Teremos benefícios significativos em nosso portfólio ao compartilhar tecnologias e arquiteturas da próxima geração de veículos. Estou confiante de que essas sinergias podem ser alcançadas, preservando as identidades e a autonomia estratégica de nossas diferentes marcas automotivas”, ressaltou o presidente da Geely Holding, Li Shufu.

Em paralelo, a Geely Holding, a Volvo e a Geely Auto assinaram ainda outro memorando para que a Geely Holding e a Volvo Cars ocupem uma participação de 50% na Lynk & Co., que é a marca premium de veículos da holding lançada no ano passado. A Geely Auto reterá os outros 50% da montadora.

“Isso dá à nossa marca uma sólida base global de economia em escalas maiores, aproveitando as tecnologias avançadas da Volvo, combinadas com nosso modelo de negócio único e diferenciado”, afirmou o vice-presidente sênior da Lynk & Co, Alain Visser.

## **Todas as transações estão sujeitas a aprovações das autoridades**

21/07/2017 – Fonte: Automotive Business



Motor utilizado no modelo é o Cummins ISF

A MAN Latin America está lançando o chassi VW 9.160 CE, criado especificamente para a utilização em carro-forte. O modelo tem o Peso Bruto Total (PBT) aumentado de 8,5 para 9,3 toneladas. O motor utilizado é o Cummins ISF. Segundo a fabricante, a maior faixa útil de torque ajuda a reduzir o número de trocas de marchas, aumentando a economia de combustível.

A transmissão utilizada pela MAN no novo chassi é a ZF S5-420 HD, com cinco marchas. Os freios são a ar, com tambores na dianteira e na traseira, e recebem freios antitravamento (ABS) mais sistema eletrônico de distribuição de frenagem (EBD).

Além do novo VW 9.160 CE, a MAN Latin America também vende para esse segmento os chassis vocacionais 5.150 CE, 8.160 CE e 9.160 CE, o caminhão rígido Delivery 10.160, o Constellation 24.280 e o cavalo-mecânico Constellation 25.420. Eles têm configuração adequada para a blindagem e contam com garantia de fábrica para as modificações.

No ano passado a fabricante vendeu 170 unidades para o transporte de valores, o equivalente a 58,8% desse segmento.

## **Aços mais leves e flexíveis prometem carros que gastam menos**

21/07/2017 – Fonte: CIMM

### ***Aços ficam mais leves e flexíveis mantêm resistência e ductilidade.***

Aços leves e de alta resistência poderão finalmente ser processados em escala industrial graças a um avanço no controle do processo produtivo, durante etapas em que os aços passam por estágios frágeis e indesejados.

Uma equipe da Universidade de Warwick, no Reino Unido, desenvolveu uma nova rota de processamento que permite que as ligas à base de aço de baixa densidade sejam produzidas com a máxima resistência, ao mesmo tempo mantendo-se duráveis e flexíveis - algo amplamente considerado impossível até agora.

Alireza Rahnema e seus colegas trabalharam com dois aços leves - Fe-15Mn-10Al-0,8C-5Ni e Fe-15Mn-10Al-0,8C - na tentativa de alcançar a máxima força e ductilidade.



A técnica consiste em lidar com fases intermediárias do aço durante o processo produtivo tradicional. Imagem: WMG/Universidade de Warwick

### **Fases do aço**

Durante a produção, podem ocorrer duas fases frágeis nestes aços: carboneto de kappa e B2 intermetálico - que tornam os aços duros, mas limitam sua ductilidade, tornando difícil fabricá-los em bobinas.

Rahnema descobriu que, em determinadas temperaturas de recozimento elevadas, essas fases frágeis podem se tornar muito mais controláveis, permitindo que os aços retenham sua ductilidade.

### **Aços ficam mais leves e flexíveis mantêm resistência e ductilidade**

Entre 900° C e 1200° C, a fase de carboneto-k pode ser removida da produção, e a fase frágil intermetálica B2 pode tornar-se gerenciável, apresentando uma morfologia nanométrica em formato de disco, em oposição a um produto mais grosso que se forma a temperaturas mais baixas.

Controlando essas duas fases, a equipe abriu um novo caminho para fabricar aços resistentes e mais flexíveis sem mexer radicalmente no processo produtivo das siderúrgicas.

### **Carros mais leves e mais eficientes**

Os engenheiros afirmam que sua técnica poderá levar a uma verdadeira revolução na fabricação dos automóveis, com carros mais seguros e mais eficientes em termos de combustível - e aços mais maleáveis permitirão que as montadoras criem peças com formas mais complexas e mais precisas.

"A maioria dos mecanismos metalúrgicos para aumentar a resistência leva à perda de ductilidade, um efeito denominado barganha da força-ductilidade. [Nosso trabalho] estudou a cinética e a termodinâmica da evolução microestrutural dos aços leves através de simulações e experimentos e propõe um mecanismo para alcançar maior resistência e maior ductilidade, em um método que pode ser facilmente adotado pela indústria," disse Alireza Rahnama.

### **Nova solução automotiva Siemens acelera desenvolvimento de software integrado**

21/07/2017 – Fonte: CIMM

A nova solução integrada de software de engenharia da Siemens para a indústria automotiva elimina vários desafios do desenvolvimento do produto associados ao software integrado dos automóveis cada vez mais sofisticados.

Ao unificar um software de gerenciamento do ciclo de vida do aplicativo (ALM) a um software de gerenciamento do ciclo de vida do produto (PLM), a Siemens fornece à indústria automotiva uma solução de gerenciamento dos diferentes ciclos de vida dos sistemas eletromecânicos e desenvolvimento de software para controlar esses sistemas físicos.

Com isso, as empresas automotivas podem melhorar a funcionalidade e a rastreabilidade do software, além de aumentar a qualidade geral dos produtos e reduzir os recalls de automóveis associados ao software integrado. O anúncio de hoje é o primeiro de uma série de anúncios sobre soluções desenvolvidas pela divisão PLM Software da Siemens para a Empresa Digital.

"Com a sofisticação cada vez maior dos carros, que agora incluem recursos como prevenção de colisão e estacionamento paralelo automático, e com o desenvolvimento de veículos autônomos, aumentará a necessidade de um software para controlar essas funções, trazendo mais desafios para o desenvolvimento de produtos", disse Dave Lauzun, vice-presidente da divisão de veículos e transportes da Siemens PLM Software".

"Ao integrar ALM e a sua capacidade de gerenciar o processo de desenvolvimento de software integrado com a capacidade PLM de gerenciar sistemas físicos, a Siemens oferece às empresas automotivas a possibilidade de desenvolver de forma mais rápida, eficiente e precisa os sistemas mecatrônicos robustos e de alta qualidade que farão parte do futuro dos transportes."

O gerenciamento do desenvolvimento de software integrado sincronizado ao desenvolvimento de sistemas físicos é um grande desafio para as empresas automotivas. Por sua natureza, a engenharia de produtos e a engenharia de software seguem ciclos de vida de desenvolvimento diferentes.

O desenvolvimento de software é gerenciado separadamente e a validação da interface com hardware acontece somente durante a verificação pré-definida. Em uma era de carros conectados e inteligentes, as interações entre software e sistemas físicos estão

se tornando cada vez mais complexas, expondo as deficiências dos processos, ferramentas e métodos atuais. É necessário um gêmeo digital dos sistemas automotivos capaz de representar o comportamento físico e digital completo dos carros conectados à IoT para realizar inovações.

"O desenvolvimento de software integrado em conjunto com outras disciplinas de design, é fundamental para a criação de produtos inteligentes, sistemas automotivos inteligentes e desenvolvimento de produtos inteligentes", disse André Girard, analista sênior de IoT e tecnologia integrada para pesquisa de VDC.

A solução de engenharia de software integrado da Siemens para a indústria automotiva finalmente coloca o desenvolvimento de software integrado como parte integrante do ciclo de vida completo do produto.

Este avanço é essencial para a prosperidade das empresas automotivas no cenário das tecnologias em rápida mudança, proporcionando maior agilidade no desenvolvimento de produtos automotivos. Para mais informações sobre esta solução, consulte [www.siemens.com/plm/automotive-software](http://www.siemens.com/plm/automotive-software).

Nos próximos meses, a Siemens PLM Software lançará uma série de anúncios sobre suas soluções para a Empresa Digital para atender às necessidades comerciais de vários setores.

### **WEG vê início de investimentos da indústria, mas recuperação é lenta**

21/07/2017 – Fonte: CIMM

A fabricante de motores elétricos e tintas industriais WEG está notando há alguns meses uma demanda consistente de pedidos de equipamentos seriados, numa indicação de que o ritmo de investimentos da indústria em geral do Brasil está melhorando, afirmaram executivos da companhia nesta quinta-feira (20).

"Para produtos de ciclo longo ainda dependemos da retomada dos investimentos em infraestrutura. No Brasil continua fraco por causa da ausência de investimentos em mineração, cimento, petroquímica e petróleo", disse o diretor financeiro da WEG, Paulo Polezi, em teleconferência com analistas.